



CIDADES NA AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SISTEMAS TERRITORIAIS URBANO-RIBEIRINHOS EM PARINTINS (AM).

Estevan Bartoli¹

1

RESUMO: O presente texto analisa os coletivos organizados objetivando caracterizá-los como Sistemas Locais Territoriais pretendendo demonstrar: formas de organização, tecnologia, caráter cultural e identidade da ação coletiva, o desenvolvimento próprio de cada sistema territorial atrelado à possível busca de autonomia; evidenciar a ativação do habitante produtor como protagonista da reconstrução do valor territorial. Como resultado, o Consórcio de Produtores indígenas Sateré-Mawé (Parintins - AM) apresentou coesão do grupo, vinculação à rede mundial de comércio justo, articulação potencial à distribuição espacial do capital territorial ativado, aproveitamento de matéria prima regional em relações entre o urbano e rural.

Palavras-chave: redes socioterritoriais, sistemas locais, rural-urbano.

ABSTRACT: We have as object of study the organized collectives aiming to characterize them as Territorial Local Systems and demonstrate: forms of organization, technology, cultural character and identity of collective action, the very development of each territorial system linked to possible search for autonomy; highlight the activation of local producer as protagonist of the reconstruction of the territorial value. As a result, the Consortium of Indigenous Producers Sateré-Mawé (Parintins) presented group cohesion, connection to the worldwide network of fair trade, potential articulation to the spatial distribution of the activated territorial capital, use of regional raw material in relations between urban and rural.

Keywords: socio-territorial networks, local systems, rural-urban.

¹ Professor – Universidade Estadual do Amazonas/UEA

1 - INTRODUÇÃO

Com o recente processo de crescimento populacional urbano, é latente a incapacidade de absorção pelas cidades na Amazônia (mercado de trabalho e infraestrutura), de contingentes advindos do êxodo ou derivados do próprio crescimento vegetativo. Cidades menos atingidas pelas frentes de expansão e implantação de eixos de atividades modernas (estradas, hidrelétricas, pólos de mineração, agropecuária modernizada, entre outros), ligadas predominantemente pelos rios e possuindo a maior parte de sua dinâmica com o entorno direto a partir dos mesmos, guardam em sua constituição genético-evolutiva, traços culturais, vivências, territorialidades e técnicas produtivas ligadas à ambientes ribeirinhos, cujos fragmentos urbanos indicam espaços de reprodução de relações socioespaciais que se hibridizam com as relações urbanas. Tais cidades ribeirinhas possuem atividades ligadas a recursos locais advindos da longa duração de relações com o *milieu*, possuindo redes de sujeitos com saberes e práticas espaciais de pequena escala a serem cartografadas e potencializadas, pois caracterizam sistemas que possuem ligações entre territórios rurais e urbanos, enfraquecidos e substituídos por atividades especializadas como a pecuária e a extração madeireira, altamente impactantes. Assim, objetivamos identificar e analisar novos mediadores capazes de reordenar a hinterlândia dessas cidades ribeirinhas e construir territorialidades, redes de cooperação que tenham o meio urbano como nó estratégico para suas ações. Essa é a discussão da primeira sessão do texto.

No segundo momento visamos caracterizar tais redes socioterritoriais como Sistemas Locais Territoriais (SLoTs), cujo desafio reside em avaliar e mensurar tais relações: demonstrar formas de organização, de tecnologia, do caráter cultural e identidade da ação coletiva, e a especificidade do caminho de desenvolvimento próprio de cada sistema territorial, atrelados à possível busca de autonomia; evidenciar mudanças na organização territorial; evidenciar a ativação do habitante produtor como protagonista da reconstrução do valor territorial (DEMATTEIS, 2005; MAGNAGHI, 2010).

No terceiro sub-item descrevemos a trajetória evolutiva do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), que através da produção e exportação do guaraná com certificação de origem, vinculado à rede de comércio justo internacional, veio nas últimas 3 décadas intensificando relações com esferas

institucionais diversas. A partir das cidades, principalmente Parintins (AM), sede do consórcio cuja marca é Nusoken, os indígenas passaram a realizar diversas ações de coordenação da rede de produtores, denotando coesão do grupo e conquista de “trunfos” no processo de re-territorialização da etnia que conta com o espaço urbano como nó estratégico nas ações do grupo.

2 - CIDADES NA FLORESTA, CIDADES RIBEIRINHAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Sustentamos que ainda há certa invisibilidade da questão urbana na Amazônia, cujos destinos das empobrecidas populações nas cidades apareceriam como elemento central ao almejarmos outros projetos de desenvolvimento, pois a urbanização da fronteira regional é “desarticulada do seu próprio desenvolvimento e vai além dos limites internos de crescimento que a velocidade do desenvolvimento da região pode impor” (BROWDER e GODFREY, 2006). A realidade das cidades estaria sendo foco de baixíssima atenção por parte dos pesquisadores e agências governamentais nas últimas décadas, inferindo em erros na maneira com que se tem diagnosticado e implementado políticas públicas.

No percurso metodológico delineado, estamos interessados em desvendar práticas de redes de sujeitos vinculadas ao Patrimônio Territorial local, em diferenciados contextos sócio-naturais urbano-ribeirinhos em voga. A constante destruição e recriação de circuitos econômicos, junto a diversas ações estatais ou corporativas criaram diversas frentes em constantes embates com populações tradicionais, que des-re-territorializadas, passam a traçar novas estratégias de sobrevivência, muitas delas vinculadas aos ambientes e contextos urbanos.

Assim, as cidades ribeirinhas podem ser consideradas como ponto de partida, com análise do sítio e situação e co-evolução das formas-conteúdos e potencialidades existentes. As práticas espaciais ribeirinhas de populações locais, induzidas pela forma dendrítica herdada na formação da rede urbana (CORRÊA, 2007) possuem forte relação com os rios, mas, como o contexto urbano impõe uma generalização da mercantilização das relações, vem ocorrendo evolução de formas-

conteúdos (SANTOS, 2004), seja pelas redes produtivas tecidas ou nas relações de trabalho.

Cidades com forte dinâmica ribeirinha, portanto, possuem maior influência junto ao entorno direto, imprimindo redes zonais (materiais), e reconstruindo identidades atreladas a projetos distintos de grupos e coletivos organizados, ligando ambientes urbanos aos rurais.

Aqui cabe levantar uma das questões pertinentes às relações e capacidade de mobilidade dos grupos analisados, numa retomada do “território como abrigo”: eles estariam sujeitos a quais restrições e “constrangimentos”, ou mesmo quais possibilidades de tecer outros vínculos a partir da esfera de convívio urbano-ribeirinho? Novas relações de poder estariam se desenhando? O que a urbanização traz de novo a essa temática, e como o espaço urbano, a esfera pública, a presença de instituições e suas funções são interpretados como recursos na ativação de novas ações que deságuam em novas territorialidades? Quais os (re)desenhos da trama territorial estão se consolidando em circuitos econômicos? Quais as novas combinações de conexões e continuidades entre os espaços fragmentados, principalmente entre o rural e o urbano? E por fim, tais grupos conseguem formar territorializações capazes de aumentar seus trunfos na obtenção dos fins almejados constituindo territórios, no sentido clássico relacionado ao poder?

Resistindo por se tratarem de práticas cotidianas básicas de sobrevivência dos grupos, como a pesca, formação de pequenos roçados e a construção de embarcações, o trabalho e sistema de produção ribeirinho são ligados ao contexto urbano, enquanto mediador maior na construção dos territórios. Eis uma das questões de grande importância em nosso trajeto analítico, pois a capacidade de evolução dos sistemas identificados deve ser interpretada considerando “a complementaridade e sinergia da rede; a polifonia cultural interna e a abertura do sistema ao externo (DEMATTEIS, 2005 - p.111)”.

3 - SISTEMAS LOCAIS TERRITORIAIS URBANO-RIBEIRINHOS

Nosso objetivo, o de identificar, analisar, compreender e representar os movimentos socioespaciais relacionados às re-territorializações ocorridas devido ao

processo de urbanização em Parintins através da abordagem territorial, encampa os alguns desafios, devendo sempre estar atentos à natureza da ativação de redes locais, e a dificuldade de se pensar a existência de um território como ator coletivo, principalmente em cidades da Amazônia, onde os agrupamentos de sujeitos, como portadores de projetos e intencionalidades específicas em relação aos destinos que condicionam a reprodução social, territorial e cultural dos mesmos, em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural e relações com a natureza), são ainda frágeis, mas possíveis de ser potencializadas e incentivadas.

Portanto, é importante evidenciar mudanças na organização territorial e do lugar da ação política, ou reescalamento (BRENNER, 2013) onde ocorre a rearticulação, reorganização e redefinição da escala territorial. Os diversos atores, projetos e estratégias, redefiniriam a especificidade do local, colocando em cheque a natureza do lugar? As enormes disparidades de possibilidades (capacidade em que os agentes possuem em se relacionar com outras escalas de processos) levam a uma coesão “territorializada” de determinados grupos? Apesar das relações transescalares, qual seria a invariante estruturante regional?

Ressalta-se a preocupação em retomar o objeto essencialmente geográfico em nossa abordagem, seja no diálogo com o chamado capital social (BAGNASCO - 2007; PISELLI – 2007; FIELD - 2008) ou na busca da configuração de formas de trabalho em cidades com predomínio da atividade informal, em territorialidades urbano-ribeirinhas capazes de alterar o ordenamento territorial sub-regional. Em cidades com atividades predominantemente rurais, como as ribeirinhas, relatamos as continuidades existentes das atividades ditas urbanas e seus sistemas de articulação recursivas, numa dinâmica de complementaridade com o rural.

Para Boyer (2001 apud Muls - 2008) além do Estado e do mercado, as comunidades, as redes e as associações integram a sociedade civil, se destacando como níveis intermediários de coordenação de atividades produtivas. Seja pelas limitações do Estado em dialogar com tais esferas ou pelo papel coercitivo do capital como processo em acumular, e destruir formas produtivas pretéritas incapazes de competir, o viés institucionalista insiste na capacidade, dialética nas palavras de Muls (2008- p.10), de equilibrar forças heterônomas às variadas reações autônomas.

Individuar os possíveis sistemas de produção, como resultados da ação de seus membros que ativam o capital territorial, é averiguar as relações que aparecem como dimensão intangível (DALLABRIDA - 2006). Ao entender que as

relações sociais são geradoras de estruturas de relação que podem se tornar recurso, ou seja, capital social que facilita a ação (PISELLI, 2001), entende-se que durante as fases e ciclos produtivos registrados na sub-região, diversas formas organizacionais (desde cooperativas de juta, associações a sindicatos) tiveram diferentes formas de interação com os recursos territoriais. O capital social, portanto, que pode ser ativado e desativado, sendo intangível e não apropriável (BAGNASCO - 2001), possui diversas formas de territorialidades e temporalidades específicas em cada contexto. Assim, diversas formas de territorialidades, mediadas por técnicas, são construídas socialmente, desfeitas e refeitas em conjunto específico de configurações espaciais. A duração das interações e a ativação das mesmas é que nos dará indícios de relações (de longa duração?) entre movimentos socioespaciais (entendidos como portadores de capital social específico) e os recursos territoriais locais (capital territorial).

O saber técnico pode assim ser colocado como ativador na construção de um cenário de característica exploratória e processual, ligada aos movimentos para a dimensão da interação com o saber comum e a uma abordagem reflexiva no curso da ação, abrindo vasto campo no papel e possibilidade de construção de cenários (campo operativo) com projetos de território (FANFANI, 2007).

4 - NUSOKEN: O CONSÓRCIO DE PRODUTORES SATERÉ - MAWÉ

Hoje, articulados territorialmente em vários contextos, a etnia Sateré - Mawé tem nas cidades do entorno da área indígena, diferentes maneiras de inserção e formação de estratégias de territorialização. Entrepostos históricos, tanto nas formas de defesa quanto pontos nodais de uma malha de exploração de recursos naturais, as cidades sempre foram meios, nós específicos, para a obtenção de recursos variados, como frisamos anteriormente. Atualmente, configura-se uma nova realidade, onde o meio urbano passa a ser ponto estratégico em lutas de reconhecimento e contextos territoriais variados. As lutas por direito à territorialidade, sempre foram fundamentais na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois o território é para essas populações, ao mesmo tempo, meio de subsistência; meio de trabalho e produção; meios de produzir aspectos que compõem a estrutura social

(CRUZ, 2014). Abrigo ou recurso, as formas de territorialização indígenas contam hoje com a questão urbana como ponto nodal da malha de influência e formação de redes, visando atingir objetivos diversos.

Considerado pelos membros do consórcio como um “marco histórico”, ocorre em 1998 o primeiro encontro com representantes da *Altromercato*, organização de comércio justo internacional italiana, com início de pequenos lotes comercializados. Tal organização faz referência na promoção e realização da economia solidária com finalidade para o desenvolvimento sustentável. A partir daí, ocorrem primeiras cobranças para que os produtores indígenas atinjam certificações embasadas em critérios no âmbito da rede internacional de comércio justo.

Desde então, as relações com diversas instituições não-governamentais foram estabelecendo escalas de relações que proporcionaram à cooperativa mecanismos de rompimento de “constrangimentos” espaciais, seja pela falta de política pública específica por parte do Estado, ou dependência de redes de poder locais que nunca estabeleceram diálogo apropriado com os indígenas.

Com perda de caracteres de auto-reprodução de parte dos integrantes, como indicaram as pesquisas de Romano (1982), associado às migrações, ocorreram ruptura dos laços com os territórios tradicionais, onde a cidade (no caso de nosso diagnóstico, nos detemos apenas aos componentes do CPSM) passa a ser nó estratégico para a construção do território-rede (comércio internacional com certificação de origem do produto) ligado a um território-zona (produtores em aldeias nas calhas do rio Andirá-Marau). Portanto, há uma clara expansão na forma de territorialização da etnia, onde elementos simbólicos, ambientais, culturais são ativados em torno da construção da mercadoria “*waraná*”.

Sobre o ponto de vista de uma análise embasada nos conceitos de Raffestin (1993), a malha, como sistema de limites e fronteiras mais ou menos funcionalizadas, exprime áreas de exercício de poder, que no caso seriam as aldeias dentro e fora da Terra Indígena Andirá-Marau. Através das escalas de relações e poder ativadas, definidas pelas ações advindas dos nós, que no caso seria a cidade de Parintins, estabelecem redes de caráter zonal (com descontinuidades no território), relacionando com nós externos da malha, dinamizando as relações para obtenção e atendimento de suas necessidades. Portanto, territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes (HAESBAERT, 2012), que para os indígenas do CPSM, resulta em relativa autonomia e não

dependência de políticas de cunho assistencialista, ou exploração dos produtos através de atravessadores.

A distribuição espacial do capital territorial ativado foi um dos critérios mais profícuos, pelo aproveitamento de matéria prima regional fornecida por uma cadeia de aldeias indígenas, demonstrando a continuidade das relações entre o espaço urbano e rural, antes fragmentadas e desestruturadas com as sequencia de crises advindas dos ciclos econômicos que a região esteve influenciada.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas em andamento revelaram que populações urbanas, a partir da condição de migrantes ou antigos cidadãos, vem, dialeticamente, frente à inconsistente base econômica da cidade de Parintins, retomando ações que tem no entorno ribeirinho base de acesso e construção de territorialidades e formação de micro-redes dendríticas que são ativadas funcionalmente para a sobrevivência dos grupos em análise. Esse *continuum* rural-urbano caracteriza cidades com forte atividade ribeirinha, onde atividades artesanais, extrativas, agrícolas e pequenas manufaturas são interpretadas como relações de longa duração das populações com os recursos territoriais locais. Interpretar esse novo ambiente eivado de contradições é tarefa urgente, pois essas novas relações coercitivas possuem doravante, indícios de construções criativas e de retomada de vínculos em redes socioterritoriais.

No caso dos Sateré-Mawé, o histórico de agressões e constante fragilização da condição territorial em que o grupo se assentava, as relações com a sociedade circundante através de esferas que pouco somaram para avanço da autonomia do grupo, suscitou maior organização dos membros em trajetória que vem construindo reescalamentos de relações a partir da produção do guaraná. Aprendizado político, retomada de aspectos identitários, e superação de antigas dependências de constrangimentos territoriais (políticos locais, atravessadores, entre outros) são conquistas somadas a novos desafios. Soberania alimentar, retomada da qualidade das relações com o território e reconstrução da identidade, entendida como elemento dinâmico e mutável, são alguns deles.

Através das territorialidades construídas, o ativo genérico guaraná, através da inserção do CPSM na rede internacional de comércio justo, veio, através da necessidade da busca de certificações e selos de qualidade, se tornando um recurso específico (*waraná*), capaz de formar redes colaborativas e ativar relações sociais, buscando adensamento de relações coletivas, essenciais para projetos futuros de desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNASCO, A. Il capitale sociale. Bologna: Il Mulino, 2001.
- BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. Revista GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo: nº33, p.198-220, 2013.
- BROWDER J.O. & GODFREY, B.J. Cidades na floresta. Manaus: EDUA, 2006.
- CORRÊA. R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CRUZ, W. C. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. IN: SILVA. O. A.; NETO, A. S. C.; (orgs). Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- DALLABRIDA, V. R. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. IN: BAQUERO, M. Capital social, teoria e prática. Ijuí- Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul: 2006.
- DEMATTEIS G. Il sistemi territoriali in um'ottica evoluzionista. In: DEMATTEIS G. e F.GOVERNA, (Org.), Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: Il modello Slot – Milano: Angeli, 2005, p.89-116.
- FANFANI, David. Scenari strategici, comunicazione fra saperi e progetti di território. IN: BALLETI, F. Sapere técnico, sapere Locale. Alinea, Firenze, 2007.
- FIELD, J. Social Capital. Londres: Routledge – 2008
- HAESBAERT. R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MAGNAGHI, Alberto. Il progetto locale. Torino: Bollati Boringhieri, 2010.
- _____, Alberto, Montespertoli: le mappe di comunità per lo statuto del território, Alinea, Firenze, 2010b.
- MULS, L. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. In: Revista Economia Janeiro/Abril 2008 – p.1-22.
- PISELLI, F. Capitale sociale: um concetto situazionale e dinâmico. In: BAGNASCO, A. Il capitale sociale. Bologna: Il Mulino, 2001.
- RAFFESTIN, C.. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- ROMANO, J. O. Índios proletários em Manaus: o caso dos Sateré-Mawé citadinos. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Nacional de Brasília. 1982.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP – 2004.